

DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

*DIALOGUES AND PERSPECTIVES IN THE EDUCATION OF
YOUNG PEOPLE AND ADULTS*

Marcelo Máximo Purificação¹
Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra²
Diego de Vargas Matos³
Emanuella Silveira Vasconcelos⁴
Francisco Pires de Castro Júnior⁵
Paulo Santiago de Sousa⁶
Carlos Alexandre Firme de Oliveira⁷
Jelson Budal Schmidt⁸
Alessandra Barboza Barros⁹
Gabriel Antonio Ogaya Joerke¹⁰
Orivaldo da Silva Lacerda Junior¹¹
Lucas Barroso Rego¹²
Jonael Macedo Nascimento¹³

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos, atualmente, representa uma nova oportunidade de acesso ao direito à educação, embasada em uma alternativa legal

1 Centro Universitário de Mineiros, UNIFIMES, Brasil.

2 Instituto Federal da Paraíba, IFPB, Brasil.

3 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

4 Universidade Federal de Roraima, UFRR, Brasil.

5 Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, Brasil.

6 Universidade Estadual Paulista, UNESP.

7 Universidad del Sol, UNADES, Paraguai.

8 Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil.

9 Must University, Estados Unidos.

10 Universidade Candido Mendes, IUPERJ/UCAM, Brasil.

11 Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil.

12 Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

13 Faculdade Única, Brasil.



com garantias. O objetivo deste artigo é identificar, sob uma perspectiva ampla e sistêmica da problemática educacional brasileira, como as práticas de Educação de Jovens e Adultos e as reflexões pedagógicas relacionadas têm construído uma trajetória específica. Para realizar o estudo, foram utilizados procedimentos metodológicos fundamentados em materiais já existentes na literatura, que possibilitassem a construção de um conhecimento que gerasse um debate genuíno entre diferentes vozes sobre o assunto, levando em conta as perspectivas dos estudiosos e pesquisadores escolhidos para a discussão. Conclui-se que os diálogos e as perspectivas na Educação de Jovens e Adultos são fundamentais para a promoção de uma educação mais democrática, inclusiva e transformadora. Por meio do diálogo, da escuta ativa e da valorização das diferentes perspectivas, é possível construir práticas pedagógicas mais eficazes e significativas, que contribuam para a formação integral dos sujeitos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: EJA. Educação. Ensino. Social.

Abstract: Youth and Adult Education - EJA currently represents a new opportunity to access the right to education, based on a legal alternative with guarantees. The objective of this article is to identify, from a broad and systemic perspective of Brazilian educational problems, how youth and adult education practices and related pedagogical reflections have built a specific trajectory. To carry out the study, we used methodological procedures based on materials already existing in the literature, which would enable the construction of knowledge that would generate a genuine debate between different voices on the subject, taking into account the perspectives of the scholars and researchers chosen for the discussion. It is concluded that dialogues and perspectives in the education of young people and adults are fundamental to promoting a more democratic, inclusive and transformative education. Through dialogue, active listening and valuing different perspectives, it is possible to build more effective and meaningful pedagogical practices, which contribute to the integral education of subjects and to the construction of a more just and egalitarian society.

Keywords: EJA. Education. Teaching. Social.

1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura um domínio de práticas e reflexões que, de maneira inexorável, ultrapassa os limites da escolarização em seu sentido mais restrito. Em primeiro lugar, essa modalidade de ensino abrange uma variedade de processos formativos, nos quais se incluem iniciativas voltadas para a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e uma infinidade de questões culturais que ocorrem em contextos distintos do ambiente escolar.

Ademais, mesmo ao se concentrar nos processos de escolarização de jovens e adultos, o modelo de escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente definidos, revela-se problemático. Esse campo pedagógico se caracteriza como uma área limítrofe que poderia ser explorada como um solo fértil para inovações tanto práticas quanto teóricas (DE LUNETTA E RODRIGUES GUERRA; DA COSTA; DE MELO, 2023). No entanto, quando se adotam visões mais restritas sobre o fenômeno educativo, a EJA tende a ser percebida como marginal ou secundária, carecendo de relevância nas esferas da formulação política e da reflexão pedagógica.

Por outro lado, quando a abordagem do fenômeno educativo é abrangente e sistêmica, a EJA é reconhecida como parte essencial da história educacional do país, constituindo uma das áreas significativas onde se empenham esforços pela democratização do acesso ao conhecimento. O objetivo deste artigo é identificar, sob uma perspectiva ampla e sistêmica da problemática educacional brasileira, como as práticas de Educação de Jovens e Adultos e as reflexões pedagógicas relacionadas têm construído uma trajetória específica.

Essa trajetória transcende a mera sucessão de iniciativas pontuais e temporárias que não resultam em um acúmulo significativo. Focando nas políticas de escolarização básica voltadas para jovens e adultos, o artigo propõe inicialmente uma análise retrospectiva, seguida por um balanço da conjuntura atual e pelo esboço de possíveis perspectivas futuras.

2 Percorso metodológico

Neste estudo, foram utilizados artigos e materiais de referência em um contexto bibliográfico. De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já existente, que é composto principalmente por livros e artigos científicos”. A investigação foi

conduzida dentro de uma abordagem qualitativa, ajudando no avanço de estudos atuais e futuros sobre o tema em questão, abordando os problemas e analisando materiais de referência e fontes bibliográficas, conforme menciona Gil (2002, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2002. p. 50).

Para realizar o estudo, utilizaram-se procedimentos metodológicos fundamentados em materiais já existentes na literatura, que possibilitassem a construção de um conhecimento que gerasse um debate genuíno entre diferentes vozes sobre o assunto, considerando as perspectivas dos estudiosos e pesquisadores escolhidos para a discussão. Assim, os diálogos estabelecidos entre os estudiosos e pesquisadores deste trabalho permitiram, ao final do estudo, uma reflexão que oferecesse uma compreensão da temática capaz de responder às questões sobre o tema de pesquisa e contribuir para análises futuras.

3 Referencial teórico

A EJA, atualmente, representa uma nova oportunidade de acesso ao direito à educação, embasada em uma alternativa legal com garantias. A EJA não deve ser vista como um presente ou uma benesse, como era percebido anteriormente na legislação ou nas políticas educacionais. Após a Constituição Federal de 1988, passou a ser um direito para todos aqueles que não tiveram acesso à escolaridade ou que, mesmo tendo acesso, não conseguiram concluí-la. Esse direito é respaldado tanto pelo respeito à dignidade individual quanto por um documento legal: a Constituição Federal.

Em relação ao primeiro aspecto, isso diz respeito à necessidade que cada indivíduo tem de corrigir ou completar essa lacuna educacional. Trata-se da vivência daqueles que reconhecem a importância da leitura e da escrita e sentem falta desses instrumentos essenciais de cidadania, frequentemente percebendo-os na vida dos outros. No que tange à Constituição Federal, ela estabelece claramente que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito,

sendo um direito de qualquer cidadão e um dever do Estado; esse direito também se aplica àqueles que não puderam acessá-lo na idade apropriada (STRELHOW, 2010).

Isso está disposto no artigo 208 da Constituição Federal. Se o Poder Público não oferece essa educação e não atende ao pedido do cidadão, outra legislação relevante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, detalha o que já está previsto na Constituição Federal. O Ensino Fundamental é considerado um direito público subjetivo; assim, quando reivindicado pelo cidadão, o órgão público responsável tem a obrigação inegociável de atender essa demanda sob risco de enfrentar ações civis e penais. Portanto, estamos diante de um direito bem protegido e assegurado.

Além disso, o Ensino Médio também deve ser gratuito nas instituições governamentais e deve ser disponibilizado quando solicitado porque essa etapa é considerada a culminância da educação básica. A Constituição Federal de 1988 afirma que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, destacando que o Ensino Fundamental deve ser oferecido gratuitamente a todos os que não tiveram acesso na idade correta; isso transforma esse direito em mais do que uma simples garantia: ele se torna fundamental para o século XXI. Ele resulta do exercício pleno da cidadania e é essencial para uma participação ativa na sociedade.

Assim, a educação também serve como um argumento forte em favor do desenvolvimento sustentável ecológico, da democracia, justiça social, igualdade entre gêneros, além de ser crucial para construir um mundo onde a violência dê lugar ao diálogo e à cultura pacífica fundamentada na justiça. Esta perspectiva ressalta a Declaração de Hamburgo sobre EJA ocorrida em 1997.

Nesse sentido, a EJA reflete uma dívida social ainda pendente com aqueles que foram privados do acesso à leitura e escrita como bens sociais — seja no ambiente escolar ou fora dele — apesar de terem contribuído significativamente para criar riquezas e promover obras públicas (BÖES; MATOS; GUERRA, 2023). Estar excluído desse acesso significa realmente perder uma ferramenta vital para ter uma presença significativa na sociedade contemporânea. No Brasil, existem mais de 35 milhões de pessoas com mais de 14 anos que não completaram quatro anos de escolaridade.

Esse grande número representa o público-alvo potencial dos programas voltados para a EJA relacionados ao primeiro segmento do Ensino Fundamental. Além dos 20 milhões de analfabetos identificados pelo Censo de 1991, esse número inclui pessoas que têm um domínio tão limitado da leitura e da escrita que não conseguem usar essas habilidades

de forma eficaz para continuar aprendendo ou acessar informações essenciais para uma participação autônoma em diversas áreas da sociedade contemporânea.

Em países como o Brasil, que enfrentam graves desigualdades sociais, a pobreza que afeta uma grande parte da população e uma tradição política pouco democrática, os baixos níveis de escolaridade estão intimamente ligados a outras formas de exclusão econômica e política. Famílias em situação financeira precária têm dificuldades significativas para manter suas crianças na escola; seus esforços costumam ser mal recompensados, já que as instituições educacionais disponíveis são carentes de recursos e geralmente não proporcionam condições adequadas para o aprendizado. No público dos programas de educação para jovens e adultos, o número de participantes que nunca frequentaram a escola está diminuindo constantemente. Por outro lado, cresce a presença de adolescentes e jovens que passaram por experiências difíceis no ensino regular (MARQUES, 2018). As exigências educacionais da sociedade atual aumentam e se relacionam com várias dimensões da vida das pessoas: emprego, participação social e política, vida familiar e comunitária, além das oportunidades para lazer e desenvolvimento cultural. No Brasil, setores avançados da indústria e serviços já adotaram inovações tecnológicas. Entretanto, essas inovações coexistem com formas tradicionais de trabalho que utilizam tecnologias ultrapassadas, onde a maioria das funções requer pouca qualificação.

Nas áreas urbanas, alunos dos programas de educação para jovens e adultos frequentemente ocupam empregos com baixa qualificação nos setores industrial, comercial e de serviços, com muitos atuando no mercado informal. Já nas zonas rurais, são pequenos produtores ou empregados em empresas agrícolas. Nesses papéis, eles encontram poucas chances de utilizar leitura e escrita ou oportunidades de aprimoramento profissional, limitando-se muitas vezes ao conhecimento específico do ofício adquirido oralmente por familiares ou colegas mais experientes.

Economicamente, o Brasil ainda enfrenta uma combinação complexa de problemas antigos e novos: aumentar a produção para atender às necessidades materiais de grandes segmentos da população, distribuir riqueza de maneira mais justa e garantir que a exploração predatória não esgote os recursos naturais disponíveis. Há um consenso considerável sobre a necessidade de elevar o nível educacional da população como condição essencial para alcançar tais metas. Exemplos positivos vêm sendo citados em relação a países asiáticos que alcançaram um expressivo

desenvolvimento econômico através do investimento significativo em educação. Trabalhadores com formação mais ampla demonstram maior iniciativa e capacidade para resolver problemas, além disso ampliam sua eficiência no trabalho e garantem melhor negociação na divisão das riquezas geradas.

A partir da experiência ou pesquisas sobre o tema é possível perceber que as principais motivações dos jovens e adultos ao retornarem à escola estão ligadas à busca por um emprego melhor; contudo suas razões vão além desse aspecto superficial. Muitos expressam também o desejo mais amplo de “entender melhor as coisas”, “se comunicar melhor”, “ser reconhecidos” ou “não depender sempre dos outros”. Especialmente as mulheres frequentemente mencionam o anseio por ajudar os filhos com tarefas escolares ou simplesmente dar um bom exemplo aos mesmos.

Todos os adultos que se juntam a programas educativos possuem alguma concepção sobre como é a escola; essa percepção geralmente é moldada pelas experiências que tiveram quando crianças em instituições escolares muitas vezes deficientes - eles recordam dessas experiências com carinho apesar das limitações vividas nelas - lamentando terem-nas abandonado ou nunca terem tido oportunidade real de frequentá-las. É provável que esperem encontrar um modelo tradicional muito rígido focado na repetição do alfabeto em coro ou cópias feitas do quadro negro; assim, cabe ao educador ampliar esses horizontes mostrando-lhes que uma verdadeira aprendizagem vai muito além da atenção às exposições do professor ou atividades mecânicas voltadas à memorização.

A imagem prévia da escola molda diretamente como os alunos se veem dentro desse ambiente educacional: experiências passadas marcadas pela exclusão frequentemente geram uma autoimagem negativa entre jovens e adultos; nos mais velhos isso pode se manifestar na forma de timidez ou insegurança enquanto entre os mais jovens pode resultar em indisciplina refletindo uma autoafirmação negativa, isto é, “se não sou valorizado pelas minhas qualidades, então serei reconhecido pelos meus defeitos”.

Portanto, será crucial apoiar esses educandos na reconstrução dessa imagem tanto deles quanto do processo educativo em si. Mas, afinal, o que realmente a educação escolar pode oferecer aos jovens e adultos já integrados na sociedade como cidadãos? É possível listar algumas conquistas notáveis como aquisição do domínio sobre leitura, escrita, operações matemáticas básicas bem como conhecimentos relacionados à natureza e à sociedade presentes nas disciplinas curriculares. Contudo, essas possíveis realizações vão muito além desses aspectos evidentes. Diversos cientistas estudaram

diferenças cognitivas entre indivíduos alfabetizados com anos extensivos de escolaridade em comparação àqueles sem tal formação; muitos desses estudos indicam que pessoas com maior tempo dedicados à escolarização apresentam competências superiores na realização de operações mentais baseando-se em proposições abstratas, categorias organizadas pela experiência imediata. Esse tipo de operação cognitiva revela forte conexão entre escrita, desenvolvimento e pensamento científico; através dela temos acesso a informações herdadas séculos passados oriundas de locais distantes, possibilitando relações distanciadas entre interlocutores envolvidos nessa troca.

Além disso, as ciências modernas fundamentaram-se na organização de dados e experiências, formando leis gerais e proposições altamente abstratas advindas dessa prática escrita. Outro ponto importante reside na metacognição: a capacidade de tornar conscientes as operações mentais, refletir sobre os pensamentos e controlá-los melhor; marca distintiva do pensamento científico, onde diferenciamos o cientista daquele que resolve problemas cotidianos simples ou faz previsões futuras, pois demanda demonstração e justificação dos postulados e teorias formuladas.

Essa habilidade reflete diretamente na relação com o domínio geral da escrita, pois o texto escrito torna-se uma manifestação pensada - “visualizando” o raciocínio no papel e permitindo visitar os pontos de origem de cada encadeamento quantas vezes forem desejadas. É comum recorrer a processos escritos para organizar ideias pessoais e controlar a atividade cognitiva, fazendo listas de compras e de supermercado, riscando itens adquiridos conforme completamos a tarefa; tal prática expande nossa capacidade de planejamento, anotando pendências e cumprimentos dos meses subsequentes, conferindo periodicamente quais ainda permanecem pendentes de execução. A vida moderna proporciona diversas oportunidades para desenvolvermos essas capacidades autoconscientes de pensamento, indo além do contexto imediato vivenciado diariamente (OLIVEIRA, 2007).

A escola, sem dúvida, é um ambiente favorável para o desenvolvimento de habilidades, e por essa razão aqueles que a frequentam por muitos anos acabam se beneficiando nesse aspecto. Isso ocorre porque a escola é um espaço destinado ao aprendizado, onde as pessoas têm a chance de refletir sem a pressão imediata de resolver problemas práticos. Dentro da escola, é possível resolver uma variedade de operações de subtração com tranquilidade, por exemplo, utilizando diferentes métodos, como registrá-las no papel e entender o conceito do “pegar emprestado”, além de adquirir

uma visão mais ampla sobre como funciona o sistema numérico decimal. Os alunos aprendem na escola um conjunto de conceitos que podem não ter aplicação prática imediata, mas que auxiliam na organização do sistema conceitual que compõe sua estrutura cognitiva.

Na instituição de ensino, eles exercitam a realização de atividades com base em planos ou orientações previamente estabelecidas. Todas essas aprendizagens contribuem para o desenvolvimento do letramento. Algumas das características fundamentais que um educador de jovens e adultos deve ter incluem a capacidade de se solidarizar com os alunos, encarar desafios como oportunidades estimulantes e acreditar na habilidade de todos aprenderem e ensinarem.

Nesse sentido, é vital que esse educador busque conhecer seus alunos, suas expectativas, cultura, características e dificuldades do ambiente ao seu redor e suas necessidades educativas. Para atender a essas demandas, será necessário aprofundar-se nos conteúdos que precisa ensinar e manter-se sempre atualizado. Como qualquer educador, deverá também refletir constantemente sobre sua atuação para encontrar maneiras de aprimorá-la. Com clareza quanto aos objetivos e conteúdos educativos que compõem um projeto pedagógico, o professor deve ser capaz de identificar as melhores estratégias para oferecer suporte eficaz aos alunos em seu processo educativo.

O educador que trabalha com jovens e adultos precisa possuir uma sensibilidade especial para lidar com a diversidade presente numa mesma turma, onde pode haver educandos com diferentes bagagens culturais. No contexto da educação para jovens e adultos, é especialmente importante promover a autonomia dos alunos, incentivando-os a avaliar continuamente seus avanços e deficiências e ajudá-los a perceber como se dá o processo de aprendizagem. Ao compreender seu próprio modo de aprender, os jovens e adultos ficam mais capacitados para ajudar outras pessoas em suas jornadas educativas; isso é crucial considerando que muitos deles já atuam como educadores em suas famílias, empregos ou comunidades.

Além disso, é fundamental que os educadores promovam o acesso dos alunos a materiais educativos como livros, revistas, jornais, cartazes, textos didáticos e vídeos (OLIVEIRA, 2007). É importante levar em conta que esses grupos sociais frequentemente vêm de contextos economicamente desfavorecidos e possuem pouco acesso a essas fontes fora da escola. Por fim, os educadores devem estar cientes de que o processo educativo vai além do tempo dedicado à aula formal. A convivência em uma escola ou outro tipo de centro educativo pode ser uma fonte significativa para o

desenvolvimento social e cultural dos indivíduos.

Assim, é relevante considerar também esse espaço como um local propício à interação social por meio da promoção de eventos culturais como festividades, exposições ou torneios esportivos estimulando tanto os estudantes quanto a comunidade local a participar ativamente dessa experiência enriquecedora.

4 Conclusão

Durante a década da Educação para Todos, não houve um aumento significativo nas oportunidades educacionais para os jovens e adultos brasileiros. Como resultado, o país não conseguirá atingir até o final do milênio a meta de reduzir pela metade os índices de analfabetismo que eram observados em 1990. Os avanços na alfabetização durante esse período não se devem aos esforços voltados à EJA, mas sim à combinação do perfil etário, da dinâmica demográfica e da necessidade de melhoria das condições de acesso ao Ensino Fundamental para as novas gerações.

O analfabetismo funcional é um fenômeno abrangente e presente em todas as idades, inclusive entre os jovens, pois a escolaridade média da população e os níveis de aprendizagem estão aquém do necessário para garantir que as pessoas desenvolvam as competências típicas da alfabetização. Um fenômeno recente que se acentuou na década de 1990 é a quantidade significativa de adolescentes participando de programas educacionais anteriormente voltados apenas para adultos.

Esses jovens vêm do ensino regular, enfrentando dificuldades em sua formação escolar, gerando assim novas demandas para a EJA, tanto no que diz respeito às políticas educacionais quanto aos desafios pedagógicos. A inclusão marginal dessa educação na reforma educacional em andamento no país resulta em uma cobertura escolar extremamente insuficiente e desigual para essa faixa etária, considerando aspectos como território, renda, gênero, etnia ou geração. A tendência à descentralização dos serviços em direção aos municípios pode ser comprometida pelas limitações financeiras decorrentes da implementação do Fundef.

Se as atuais condições do financiamento público permanecerem inadequadas, não será possível imaginar melhorias nos níveis de atendimento escolar e cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Apesar do marco legal vigente garantir o direito universal à educação fundamental independentemente da idade, as políticas

públicas atuais tendem a redirecionar a escolarização de jovens e adultos para programas assistenciais que buscam amenizar os efeitos negativos da exclusão social. Nesse contexto, a responsabilidade pública pela oferta de educação básica para essa população tem sido gradualmente transferida do governo para a sociedade civil, especialmente por meio de convênios com diversas organizações sociais.

Referências

BÖES, João Carlos; MATOS, Diego de Vargas; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. Desafios enfrentados pelos docentes da educação de jovens e adultos na atualidade. *Revista Educação em Páginas, Vitória da Conquista*, v. 2, p. e13434, 2023. DOI: 10.22481/redupa.v2.13434. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/redupa/article/view/13434>>. Acesso em: 26 set. 2024.

DE LUNETTA E RODRIGUES GUERRA, Avaetê; DA COSTA, Michel; DE MELO, Nedilson José Gomes. Desafios e soluções no ensino da Matemática na EJA. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218, [S. l.]*, v. 4, n. 9, p. e493946, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i9.3946. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3946>>. Acesso em: 26 set. 2024.

Gil, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Poliane de Oliveira. História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões. João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11194/1/POM28062018.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2024.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. *Educar, Curitiba*, n. 29, p. 83-100, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/hFjkmDxbZLwGBdLx8R4XhgS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 set. 2024.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP*, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>>. Acesso em: 26 set. 2024.